CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA N.º 04/13, 22 DE NOVEMBRO DE 2013

PRESENTES:

Sr. Presidente, Mário de Almeida Loureiro
Sra. Vice-Presidente da Câmara, Dra. Ana Paula dos Santos Faria Neves
Sr. Vereador, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz
Sra. Vereadora, Eng.ª Cátia Soraia Santos Figueiredo
Sr. Vereador, Prof. José Manuel da Costa Pires de Moura
Sr. Vereador, Dr. Nuno Duarte Abranches Pinto
Sra. Vereadora, Dra. Maria do Rosário Costa e Silva Lopes da Fonseca

Pelas 14 horas e 30 minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, o Senhor Presidente, deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Não se registou a presença de qualquer Munícipe.

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Iniciado este Período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Câmara começou por cumprimentar a Vereação e elementos representativos

dos Jornais de Tábua e de A Comarca de Arganil, agradecendo a estes últimos, a sua presença e disponibilidade, em assistirem á Reunião.

De seguida, reportou-se à lamentável tragédia ocorrida, no passado domingo, em Touriz, com o Carlos Alexandre Marques, atleta do Grupo Desportivo Tourizense, mais conhecido por *Alex*, jovem de apenas 20 anos de idade, vítima de ataque cardíaco, salientando, que, apesar dos esforços de salvamento envidados pelo Médico do Clube e Enfermeiro, presentes no Estádio e posteriormente, pela SIV, Bombeiros Voluntários de Tábua e de Vila Nova de Oliveirinha e pela VMER, chamados ao local, tudo foi em vão, acabando por falecer.

Informou ter apresentado, de imediato, ao Presidente da Direção do Tourizense, as devidas condolências, em seu nome pessoal e do Município, assim como, ter disponibilizado psicólogos da Autarquia para apoio psicológico aos restantes atletas e transporte para os jovens que integram as classes de formação naquele Grupo Desportivo, poderem participar nas exéquias fúnebres, em Belinhas, concelho de Esposende, nas quais, também esteve presente em representação do Município.

Por este infausto acontecimento, o Senhor Presidente da Câmara propôs que ficasse exarado em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do mesmo, endereçando-se sentidas condolências á família enlutada, e expressar, igualmente, ao Grupo Desportivo Tourizense o pesar desta Câmara Municipal, pela perda do atleta, bem como guardar um minuto de silêncio em sua memória.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar e subscrever o voto de pesar, nos termos propostos pelo Senhor Presidente da Câmara.

Continuando, no uso da palavra, referiu ter decorrido no passado dia 16 de Novembro, na Biblioteca Municipal "João Brandão", a primeira edição do colóquio subordinado ao tema "***Folclore: A Cultura e Tradição de um Povo***", uma iniciativa organizada pela Casa do Povo e pelo Rancho Folclórico de

Tábua, em colaboração com a Federação do Folclore Português. O evento contou com a presença de elementos dos Grupos de Folclore de Tábua, Candosa e de Covas, entre outras pessoas aficionadas a esta tradição, assim como a participação de alguns especialistas na matéria, designadamente, o Vice-Presidente da Federação do Folclore Português, o Coordenador Técnico da Região da Beira Alta e o Padre António José Oliveira Morais, que fizeram uma explicação detalhada das temáticas abordadas como - definição de folclore, importância do traje e da música.

Referiu tratar-se de um evento muito interessante, digno de ser enaltecido pelo facto de ter dado a conhecer que o folclore, contrariamente à noção tida, se traduz num conjunto de valores tradicionais, cuja representação tem caraterísticas próprias, obedece a regras e deve ser executada com rigor.

Prosseguiu, dando conhecimento de ter estado presente em representação do Municipio e na qualidade de Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tábua, num encontro, levado a efeito em Vila Nova de Oliveirinha e que tem por finalidade juntar os bombeiros da Região da Beira Serra, nomeadamente, Tábua, Arganil e Oliveira do Hospital.

Trata-se de um jantar convívio, iniciado há alguns anos pelo Grupo da Zona Operacional 1, atualmente extinta, e ao qual se vem dando continuidade, anualmente, e em quartel diferente, no final da época dos fogos florestais, como forma de haver uma melhor proximidade e confraternização entre todos.

Referiu, também, que amanhã, dia 23 de novembro se realizam as eleições da ANMP, em Santarém, onde irá estar presente em representação do Município, juntamente com os Senhores Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Junta de freguesia de Póvoa de Midões, na qualidade de representante das restantes Juntas de Freguesia do Concelho.

De acordo com as informações que lhe foram transmitidas, o Senhor Presidente da Câmara transmitiu, que irá ser presente apenas uma única lista, liderada pelo Presidente da Câmara de Coimbra, Dr. Manuel Machado.

Tendo em consideração os tempos difíceis que se atravessam, entende, sem dúvida, ser de toda a conveniência que os Municípios tenham uma Associação forte que defenda, promova, dignifique e represente os interesses do Poder Local, de forma a poder encetar negociações junto do Governo, com apresentação de propostas e projetos relevantes.

Deu, ainda, a conhecer ter participado na última reunião da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, extinta por natureza e, realizada na Lousã, que teve por finalidade a distribuição do seu património pelos 14 Municípios que a integravam.

Destacou a existência, em cofre, de uma verba de cerca de 500.000€, bem como bens móveis que, conforme acordado, serão distribuídos em partes iguais pelos referidos Municípios, excetuando-se uma viatura, avaliada em 9.600€, valor este correspondente ao constante no inventário da CIM, que, por proposta do Vice-Presidente do Conselho Diretivo, foi decidido por unanimidade, ceder ao Município da Lousã, compensando-a, desta forma, pelos encargos suportados com a renda das instalações onde a referida Comunidade Intermunicipal, esteve sediada durante a sua vigência.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento de ter sido escolhido, entre os dezanove Municípios que compõem a Associação de Municípios do Planalto Beirão, para presidir o Conselho Executivo da mesma, tendo, como vogais, da Direção, os Presidentes de Câmara de Tondela, Carregal do Sal, Santa Comba Dão e Mortágua, grupo este de municípios que esteve na génese da criação da Associação do Planalto Beirão.

Prosseguiu dizendo, tratar-se de uma Associação de Municípios que possui um vasto património, estando dotada de equipamentos de grande qualidade, monitorizados pelo Ministério do Ambiente, que cumprem todo o rigor, em termos ambientais, dispondo de uma central de valorização orgânica, moderna e eficaz, com vista á produção de energia elétrica, a partir do tratamento dos resíduos, comparticipada pelo QREN, a entrar em funcionamento, no próximo ano e, ainda, de uma empresa intermunicipal.

Salientou, que esta empresa intermunicipal, que apenas sofreu alterações no que concerne aos estatutos, foi uma das poucas empresas intermunicipais que se mantém com autorização do Governo, mercê dos resultados líquidos positivos. Neste contexto, explicou que 72% do capital social da referida empresa, são detidos pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, 8% são detidos pelos Municípios de Santa Comba Dão, Mortágua, Carregal do Sal e Tondela e 20% da CESPA, empresa que detém o contrato de recolha e gestão dos resíduos.

Apesar da grande honra sentida, reconhece tratar-se de um cargo de extrema responsabilidade, quer em termos ambientais quer estruturais, que obriga a um enorme empenhamento, mas que irá abraçar com confiança, de forma a que a Associação prossiga os seus principais objetivos, designadamente, a gestão, recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, a reutilização, comercialização do que é reciclável através da empresa ECOBEIRÃO e a rentabilização dos resíduos, contando para o efeito com a ajuda e experiência dos Presidentes de Câmara que o irão coadjuvar no Conselho Executivo, sobejamente conhecedores das realidades do Planalto Beirão.

Nesta linha de pensamento e sendo uma das suas tarefas dar continuidade aos objetivos desta Associação, também referiu, ser seu intuito contribuir ao máximo na otimização dos seus Serviços, valorizar os propósitos da mesma no sentido de proporcionar um melhor ambiente e qualidade de

vida aos dezanove Municípios desta região e sobretudo, de modo a que a Associação seja uma referência e um exemplo a nível nacional.

No que respeita à situação financeira da Associação, o Senhor Presidente da Câmara, fez um breve historial sobre a mesma, focando, essencialmente, as dívidas existentes por parte dos Municípios, que acredita ver reduzidas a breve trecho.

Aproveitou, ainda, para referir, no âmbito de execução do QREN e perante os dados obtidos recentemente, que dos nove Municípios da Região de Coimbra, Tábua ocupa o segundo lugar, em termos de taxas de execução, situação digna de registo e que evidencia, claramente, o empenho tido pela Câmara Municipal, nos últimos anos, que se traduzem como cruciais na concretização dos seus objetivos.

Antes de dar por concluída a sua intervenção, deu, ainda, conhecimento de ter sido solicitado o pedido de pagamento respeitante á segunda fase, no âmbito do processo PAEL.

Finalizou a sua intervenção, manifestando o seu regozijo pelos resultados de um estudo efetuado pela CCDRC, que viu publicado no Jornal de Tábua e que comprovam que a Região Centro é a que tem mais residentes satisfeitos em termos de qualidade de vida. Sendo, igualmente, motivo de orgulho e dignos de nota, os excelentes resultados alcançados por Tábua no ranking das escolas, ao subir quatrocentos lugares na tabela, indicadores de que o investimento empregue na Educação começa a visualizar-se, assunto este a ser melhor explanado pela Senhora Vice-Presidente, Dra. Ana Paula Neves.

INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES

INTERVENÇÃO DA SENHORA VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, a Senhora Vice-Presidente, Dra. Ana Paula Neves, começou por apresentar cumprimentos a todos os presentes.

No seguimento das palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara, relativamente à Educação, frisou ter algumas notas informativas para apresentar, sendo uma delas a questão dos rankings, no que concerne às notas dos exames nacionais.

Salientou haver, no corrente ano, dados importantes a registar, que se prendem com o facto de não ter havido discrepâncias, entre as notas internas e as externas nos exames finais, contrariamente ao que se tem verificado, nos últimos anos, em muitas escolas e as de Tábua não foram exceção.

Regista com satisfação que o ano em curso foi bastante positivo, salientando, nesse contexto, que e o Ministro da Educação, numa avaliação efetuada num leque de cento e quarenta e oito Agrupamentos, considerados como mais eficazes, incluiu também o de Tábua, destaque este de grande relevância e regozijo quer para o Agrupamento de Escolas de Tábua quer para a Autarquia.

Realçou, ainda, segundo dados transmitidos pelo Diretor do Agrupamento, Dr. Sidónio, que por este facto, o mesmo vai receber créditos por eficácia educativa e que se irão refletir em horas destinadas a ajudar os alunos mais necessitados.

Reafirmou, que este sucesso é, sem dúvida, motivo de orgulho pois evidencia o esforço, empenhamento e trabalho da Autarquia em intrínseca parceria com a Direção do Agrupamento, professores e funcionários, na melhoria da educação, mencionando a este propósito uma frase habitual do Diretor do Agrupamento que, enquanto Vereadora da Educação, lhe causa um certo regozijo e que sublinha, quando o mesmo diz "o melhor parceiro é a Autarquia" .

Ainda no âmbito da Educação, deu conhecimento da abertura solene da Academia Sénior, que terá lugar no dia 14 de Dezembro, no Centro Cultural de Tábua, direcionada a todos os que se encontram na faixa etária a partir dos 50 anos de idade e na qual já estão inscritas quarenta pessoas.

Do evento, conforme salientou, constará uma breve palestra proferida pelo representante da Rede das Universidades, Dr. Luís Jacob, para dar a conhecer aos professores e alunos os propósitos da mesma, assim como de um pequeno espetáculo apresentado por dois grupos de Academias Seniores vizinhas.

De seguida, fez questão de dar a conhecer as diligências que foram efetuadas e que se prendem com uma situação de foro social, a que era alheia e, que lhe foi transmitida pelo Senhor Vereador, Dr. Nuno Abranches Pinto, no final dos trabalhos da Reunião do Executivo do passado dia 8 de Novembro, que envolve uma jovem grávida, que estaria a viver com a mãe, numa casa, sita no Casal da Senhora e que apresenta carências básicas habitacionais.

Perante este facto, esclareceu, ter solicitado de imediato os serviços das Técnicas do Gabinete de Acção Social da Câmara, concluindo tratar-se de uma jovem já mãe, atualmente, com problemas de toxicodependência, que tinha sido expulsa de casa pelo companheiro, e que, no momento, da visita domiciliária efetuada pelas referidas Técnicas à habitação em apreço, já não se encontrava no local, por ter voltado para junto do companheiro a residir em Alcobaça.

Preocupada com o assunto e estando em causa o bem estar de uma criança recém-nascida, informou ter dado a conhecer a situação à CPCJ de Alcobaça, que localizou o seu paradeiro e está a acompanhar o processo de apoio necessário à mesma.

Relativamente, às condições de habitabilidade da casa, informou que da vistoria efetuada à mesma por uma Comissão de Vistoria da Câmara, confirma-se a inexistência de instalações sanitárias, estando os Serviços a analisar a situação.

Por fim, e à semelhança de anos anteriores, deu, ainda conhecimento do 3.º Concurso de Árvores de Natal Criativas, no qual podem inscrever-se todos os comerciantes e estabelecimentos escolares do concelho, assim como do Sorteio de Natal da ADI - Agência de Desenvolvimento Integrado em

colaboração com a Câmara Municipal, em que os munícipes são incentivados a fazer compras no comércio local da Vila, sob o slogan "Cá compra, cá fica" designadamente, nos estabelecimentos cujos comerciantes aderiram a esta ação.

Neste âmbito, esclareceu, para quem se familiariza pela primeira vez com estes dois concursos, que os mesmos obedecem a normas e que incluem atribuição de prémios e menções honrosas.

No aspeto social, a Senhora Vice-Presidente, Ana Paula Neves lembrou também a realização da primeira Feira Social de Tábua, onde as pessoas poderão adquirir peças de roupa nova, doadas por duas empresas tabuenses, marcadas por um preço simbólico, em troca de géneros alimentícios.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR DR. RICARDO CRUZ

O Senhor Vereador, Dr. Ricardo Cruz, iniciou a sua intervenção congratulando a GNR local pela sua atuação na Feira Anual de São Martinho, no passado dia 1 de novembro, nomeadamente, no apoio à organização do espaço e na manutenção e logística das forças de controlo e segurança.

Informou, que no passado dia 14 de novembro, marcou presença nas instalações da Câmara Municipal, o Prof. Paulo Colaço, da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, responsável pelo Programa Nacional de Marcha e Corrida, que veio homologar os percursos do Centro de Marcha e Corrida de Tábua, de forma a que estejam reunidas todas as condições necessárias á sua inauguração, agendada para no próximo dia 8 de dezembro de 2013, pelas 10 horas.

Comunicou, igualmente, que esteve presente na Assembleia Geral da AREAC- Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro, em representação do Município de Tábua, onde foram debatidos estudos ambientais e de eficiência energética.

Destacou, ainda, ter participado no jantar de comemoração do 37.º Aniversário da Associação Social, Desportiva, Recreativa e Cultural de Covas, IPSS, no passado dia 16 de novembro de 2013, em representação do Município.

Enalteceu, com grande satisfação e regozijo, a possibilidade do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Dr. Manuel Machado, presidir a Associação Nacional de Municípios Portugueses, pelo que todos os autarcas do nosso distrito devem ficar satisfeitos, com esta liderança que irá dignificar e defender o trabalho desenvolvido pelos autarcas e pelas autarquias.

Por último, apresentou felicitações, ao Senhor Presidente da Câmara, Mário Loureiro, em seu nome pessoal e na qualidade de Vereador e Tabuense, pela sua recente eleição a Presidente do Conselho Executivo, da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, cargo este que, em sua opinião, será dos mais prestigiantes que alguma vez um Presidente de Câmara do nosso concelho conseguiu alcançar, designadamente, no que concerne às Associações Intermunicipais, estando, ainda convicto de que, os parceiros das dezanove Câmaras Municipais, que constituem esta Associação Intermunicipal, terão oportunidade de reconhecer na pessoa do Senhor Presidente, a honestidade, competência e trabalho que o caraterizam e evidenciadas no desenvolvimento do nosso concelho.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, ENG.ª CÁTIA FIGUEIREDO:

Usando da palavra, a Senhora Vereadora, Eng.ª Cátia Figueiredo cumprimentou os presentes e de seguida, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara para o felicitar pelo honroso cargo alcançado na Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.

Referiu, que apesar de não ter estado presente na última Reunião de Câmara e ter sido substituída pela Eng.º Bruno Santos, teve a oportunidade de

ver a Ata que irá ser apreciada e votada, na qual houve um assunto que lhe suscitou alguma curiosidade relacionado com a violência doméstica, exposto pela Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dra. Ana Paula Neves.

Afirmou, neste contexto que a Senhora Vice-Presidente poderá contar sempre com o seu contributo e disponibilidade, para prestar o apoio que julgue necessário para combater este flagelo, que é preocupante e também atinge o nosso concelho.

Seguidamente, abordou outro ponto que considera relevante, designadamente, o grande investimento efetuado pela Câmara Municipal na área da educação, cujos resultados e provas começam a surgir, congratulando todos os profissionais e técnicos envolvidos.

Finalizou, dando conhecimento, dos elogios que foram tecidos ao Executivo Municipal, pelo Senhor Presidente da União das Freguesias de Espariz e Sinde, no convívio da Comissão de Festas em Honra de Santo António, em Carragosela, destinado a angariação de fundos para as Festas de Santo António, onde esteve presente a nível particular.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR PROF. JOSÉ MOURA

Interveio o Senhor Vereador, Prof. José Moura, destacando as noticias que vieram a público sobre a educação, aqui comunicadas pelo Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente da Câmara, referindo que são motivo de orgulho para o concelho e, particularmente, para si, enquanto professor do Agrupamento de Escolas de Tábua.

Registou, que estes resultados são reflexo de grande investimento e trabalho, que tem de ser feito numa área fundamental, que é a educação, quer por parte do Agrupamento de Escolas de Tábua, quer pela Autarquia.

Em relação aos "rankings", tem uma opinião pessoal e critica, não no sentido de que eles não devem existir, mas no sentido da forma como devem ser analisados.

Salientou, que existe uma realidade que é inegável, independentemente, da disponibilidade financeira, é a atitude louvável da Câmara, na abertura e facilidade de diálogo com o Agrupamento de Escolas de Tábua, que em sua opinião, foram fatores fundamentais para concretização de todos os projetos relacionados com esta temática.

Frisou ainda, que a educação é uma tarefa de toda a comunidade, cujo progresso só é possível, em seu entender, com o envolvimento dos alunos, professores, pais e encarregados de educação, parceiros sociais e, nomeadamente, a Câmara Municipal no seu papel institucional.

A finalizar a sua intervenção, mencionou que o Município deve congratular-se, mas deve estar consciente e atento aos problemas que ainda há por resolver, sublinhando, que *"o caminho faz-se caminhando e neste momento, penso que estamos no caminho certo."*

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR DR. NUNO ABRANCHES PINTO

No uso da palavra e antes de iniciar a sua intervenção, o Senhor Vereador, Dr. Nuno Abranches Pinto, registou que se sente sensibilizado pela forma como a Senhora Vice-Presidente da Câmara, encaminhou a situação de caráter social na sua intervenção, visto que essa situação foi apresentada informalmente à margem da ultima Reunião de Câmara.

Realçou, que apesar da Senhora Vice-Presidente da Câmara ter assumido o compromisso de apurar o que estava em causa, nunca pensou que viesse a ter respostas tão concretas e rápidas.

Recuperando a ordem normal dos trabalhos, iniciou a sua intervenção cumprimentando a Senhora Vereadora, Eng.ª Cátia Figueiredo, cujo regresso regista com agrado, a comunicação social e todos os membros do Executivo.

Lamentou, o óbito do jogador do Tourizense, expressando uma saudação ao clube e à família enlutada.

Registou, com muito apreço a eleição do Senhor Presidente da Câmara, para a presidência da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, que representa um prestígio não só para o mesmo, mas para todo o concelho. Entende, que este é um cargo meritório e louvável, desejando-lhe um bom trabalho e manifestando a sua disponibilidade para colaborar naquilo que for necessário.

Associada a esta eleição, deixou também uma referência à recente eleição dos Presidentes das Câmaras Municipais de Oliveira do Hospital e Arganil, como Vice-Presidentes da nova Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Salientou, que estes factos em conjunto, deixam-no francamente com boas perspetivas, relativamente à representatividade desta mini região em duas entidades intermunicipais, que considera de grande valor e, portanto, julga que não devem ser desperdiçados, o potencial que dai decorre em termos de trabalho conjunto e em termos de fazer sobressair esta mini região, nesta parcela de intervenção dos Senhores Presidentes das Câmaras de Tábua, Oliveira do Hospital e Arganil.

O Senhor Vereador, fez uma referência relativamente aos rankings, na sequência do trabalho efetuado antes das eleições, nomeadamente o das escolas e recentemente o das maiores empresas do distrito de Coimbra.

Em relação ao ranking das escolas, disse acompanhar os comentários que já foram tecidos, em parte, registando uma evolução claramente positiva, que lhe permitiu até quantificar em certa medida, porque fez esse trabalho.

No que concerne a estes rankings, o Senhor Vereador, apresentou um documento estatístico, sobre o qual fez uma analise extensiva e comparativa com os concelhos limítrofes, no qual destacou o grande resultado obtido pela Escola de Mouronho a nível nacional, congratulando os profissionais e alunos dessa escola.

Constatou, que relativamente ao 6.º ano de ensino da Escola Básica de Midões, houve uma descida no ranking da posição 380 para a 477 em 1146

escolas, afirmando, que não consegue entender este resultado, pelo que solicitou ao Senhor Vereador Prof. José Moura, enquanto profissional desse estabelecimento, possíveis esclarecimentos sobre esta situação.

Defendeu, que o benchmarking é uma ferramenta importante em termos de análise deste tipo de situações, pelo que julga ser de toda a conveniência por estes resultados em posições relativas, não obstante da evolução ser boa ou muito boa, nalguns casos até espetacular.

No cômputo geral, entende, que os rankings são francamente positivos, assegurando, que irão continuar a monotorizar os dados, sempre relativizando a importância dos mesmos, mas considerando-os sempre uma ferramenta importante na análise destes assuntos.

Apesar da evolução positiva de todas as escolas (com exceção do 6.º ano em Midões e do Básico – neste ultimo caso não é possível fazer comparação porque é o 1.º ano que se realizam exames nacionais), salientou existirem ainda insuficiências quando comparados os resultados do Concelho de Tábua com os concelhos vizinhos de Oliveira do hospital, Arganil, Santa Comba Dão e Carregal do Sal. No quadro desta comparação, ao nível do ensino secundário, Tábua figura em último lugar, ao nível do 3.º ciclo em penúltimo lugar, ao nível do 2.º ciclo em 2.º lugar e ao nível do 1.º ciclo na 3.ª posição.

Para concluir, o Senhor Vereador, abordou ainda, os rankings respeitantes às maiores empresas do distrito de Coimbra, veiculadas nos órgãos de comunicação social "As Beiras" e "Campeão das Províncias", que em sua opinião, os resultados não são tão positivos, destacando as 17 empresas do concelho de Tábua.

Confessou ainda, sobre este ponto, não conseguir identificar pela sua denominação social, a empresa Geometric Result, que obteve um resultado espetacular, com a posição 99 em 750 empresas.

Sublinhou, o mérito das empresas tabuenses que estão presentes neste ranking, pelo que julga que o Município deveria ponderar, endereçar às

mesmas, cumprimentos formais, considerando o seu papel de embaixatrizes do concelho.

Indicou, que estes resultados são menos positivos, visto existirem somente 3 concelhos abaixo do nosso, em termos do número de entidades representadas, nomeadamente, Góis, Pampilhosa da Serra e Penela, de acordo com o Campeão das Províncias de 17 de outubro de 2013, referindo, que o Município deve refletir sobre estes dados e procurar encontrar estratégias que permitam inverter, a médio longo prazo, estes dados estatísticos.

Salientou ainda, que a representatividade de Tábua é claramente insuficiente, com um peso relativo de 2,27% no total das empresas, conforme dados presentes no Jornal "as Beiras".

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Vereador Dr. Nuno Abranches, em relação à justificação para os resultados nos exames nacionais do 6º Ano na Escola de Midões, em que se registou um retrocesso comparativamente aos resultados do ano letivo anterior, o Senhor Vereador, professor José Moura referiu que a explicação para esse facto carecia de uma investigação mais aprofundada, mas que genericamente podem ser apresentadas algumas justificações.

Por um lado, a um nível mais específico, é importante analisar o trabalho interno que tem sido realizado na escola ao nível do departamento disciplinar, bem como ao nível da articulação entre ciclos. Por outro lado, é necessário ter em consideração todas as alterações que se têm verificado ao nível do sistema educativo, com as agregações de escolas, com a diminuição dos recursos, nomeadamente humanos e técnicos, como a falta de técnicos especializados, terapeutas da fala, psicólogos, entre outros. A título de exemplo, referiu que no ano letivo anterior, só existia uma única psicóloga para todo o Agrupamento de Escolas, com cerca de 1600 alunos que, para cúmulo, por razões de saúde,

não exerceu a sua atividade ao longo de quase todo o ano. Ora, a falta destes técnicos pode condicionar a aprendizagem e o desempenho dos alunos.

Há ainda que ter em consideração as competências dos alunos, isto é, pode haver num ano um grupo de alunos cujo desempenho global é bastante acima da média, mas no ano letivo seguinte pode haver outro grupo, com características diferentes, cujo desempenho não é tão brilhante, nem tão eficiente.

Apresentou, mais uma vez a título de exemplo que, era habitual, numa lógica de comparação e de benchmarking, na escola onde se encontra a leccionar em Midões, comparar os resultados com uma escola vizinha, em concreto, a da Cordinha, verificando-se, que num determinado ano, o desempenho tinha sido muito bom e no ano seguinte, a despeito de todo o trabalho realizado, os resultados baixavam significativamente, chegando-se à conclusão que estava relacionado com as "fornadas" de alunos, passe o termo que é utilizado na gíria da escola.

Referiu, mais uma vez, à semelhança da sua primeira intervenção, na necessidade que há de olhar e analisar os resultados dos exames e dos rankings, de forma cuidada e criteriosa. É uma informação que pode ser utilizada pela sociedade e pelas escolas, mas que não deve ser considerada em bruto, deve ter em atenção outros aspetos e ser conjugada com outros elementos de informação. Nesse sentido, por vezes, a escola mais do que estar preocupada exclusivamente com os rankings, deve dar mais importância à realização de um trabalho que revele consistência, baseado em diagnósticos precisos e numa avaliação interna credível, que promova a intervenção em domínios específicos que garantam a aquisição de competências e permitam a sustentabilidade dos resultados de forma consistente.

Em resposta, à exposição do Senhor Vereador Dr. Nuno Abranches Pinto, sobre o ranking das empresas, o Senhor Presidente da Câmara, respondeu com a seguinte pergunta: *"O Senhor Dr. por acaso viu o volume de*

negócios das empresas do concelho de Tábua? É bom que veja, porque aí vai ver quantos concelhos estão à nossa frente no distrito."

Manifestou, ainda, uma referência de satisfação aos excelentes empresários do nosso concelho pelo resultado obtido.

INTERVENÇÃO DO SENHORA VEREADORA DRA. MARIA DO ROSÁRIO FONSECA

A Senhora Vereadora, Dra. Maria do Rosário Fonseca, iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos a toda a Vereação e de seguida felicitou o Senhor Presidente da Câmara pelo honroso cargo que vai desempenhar na Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.

Por fim, deu os parabéns a todos os profissionais de ensino das Escolas do Concelho de Tábua.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1. APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 03/13, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2013;

Deliberação n.º 73 – Presente a ata da reunião em referência, que depois de analisada e efetuadas as devidas alterações, foi aprovada por todos, à exceção da Senhora Vereadora Eng.ª Cátia Soraia Santos Figueiredo, por não ter estado presente na referida reunião.

2. PROPOSTA DE PERIODICIDADE DE HORÁRIO DAS REUNIÕES DE CÂMARA/ALTERAÇÃO;

Deliberação n.º 74 – Pelo Senhor Presidente foi presente uma Proposta referente à alteração da periodicidade e horário das Reuniões de Câmara para o mandato 2013-2017, datada de 18 de novembro de 2013, documento que se dá por reproduzido e que seguidamente se transcreve na íntegra:

"Conforme solicitado pelo Senhor Vereador, Prof. José Moura em Reunião Ordinária da Câmara Municipal, e nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que o órgão executivo da Câmara Municipal tenha uma reunião ordinária quinzenal, nas segundas e quartas quartas-feiras, de cada mês, pelas 14 horas e 30 minutos.

Mais proponho que a reunião pública mensal, se realize nas quartas quartas-feiras de cada mês, pelas 14 horas e 30 minutos, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 49.º do referido diploma legal,

Para efeitos do disposto no n.º3 do artigo 40.º e n.º 3 do artigo 49.º, ambos do mencionado diploma legal, a deliberação tomada proveniente da presente proposta deve ser publicitada por meio de edital, bem como, no sítio da Internet do município, considerando-se convocados todos os membros da Câmara Municipal."

Apreciado o assunto, a Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a presente Proposta de periodicidade e horário apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário de Almeida Loureiro.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

3. GALCOPOR/REPOSIÇÃO DE ALCATRÃO;

Deliberação n.º 75 – – Presente o e-mail, datado de 30 de outubro de 2013, da empresa Galcopor – Galvanizados de Portugal, Lda., documento que se dá por reproduzido, descrevendo todo o historial relativo às intervenções realizadas no âmbito da construção e ligação de ramal de baixa tensão especial para as suas instalações e solicitando a reposição do alcatrão na zona afetada, bastante danificada, que necessita urgentemente de reparação, conforme comprovado nas fotos anexas ao documento.

Prestados os devidos esclarecimentos pelo Senhor Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a reposição do alcatrão na zona afetada, bem como, todas as demarches necessárias para a realização desta intervenção.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

4. CONSTITUIÇÃO DE COMISSÕES DE VISTORIA/RETIFICAÇÃO;

Deliberação n.º 76 – – Presente a informação n.º 080/2013, datada de 20 de novembro de 2013, da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da DOPGU, documento que se dá por reproduzido, elaborada na sequência da deliberação n.º 23A, da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 25 de outubro de 2013, respeitante à identificação dos elementos que constituem as comissões de vistoria, propondo a correção da mesma, de modo a que nas referidas comissões passem a constar os profissionais, seguidamente, indicados:

Comissão de Vistoria para as Obras de Edificação / Utilização dos edifícios ou suas fracções:

- 1 Arquiteto ou Engenheiro Civil, Arq.º Pedro Manuel Pinto dos Santos ou Eng.ª Fernanda Adelaide Santos Silva;
- 1 Engenheiro Civil, Eng.º Joel Brandão da Silva Fonseca;
- 1 Fiscal de Obras ou Fiscal Municipal, Bruno Filipe Gameiro Simões ou Rui Miguel Ferreira Borges Esteves.

Comissão de Vistoria de salubridade e/ou más condições de segurança, bem como de reclamações diversas:

- Dois Técnicos Superiores do DOUMA, Eng.ª Fernanda Adelaide Santos Silva e Eng.ª Mónica Alexandra Fonseca Costa;
- 1 Fiscal Municipal e/ou Fiscal de Obras, Bruno Filipe Gameiro Simões ou Rui Miguel Ferreira Borges Esteves;

- 1 Médico veterinário municipal, Dr. Alfredo Manuel Castanheira dos Santos, desde que se justifique a sua presença;
- 1 representante da Delegação de Saúde, desde que se justifique a sua presença;
- 1 representante da Autoridade Nacional de Proteção Civil, sempre que após a apreciação da queixa / assunto se justifique;
- Um jurista, sempre que após a apreciação da queixa / assunto se justifique, Dra. Maria Alexandra Coelho Bento Barbosa.

Comissão de Vistoria para a Utilização e Conservação do Edificado

- 1 Arquiteto ou Engenheiro Civil, Arq.º Pedro Manuel Pinto dos Santos ou Eng.ª Fernanda Adelaide Santos Silva;
- 1 Engenheiro Civil, Eng.º Joel Brandão da Silva Fonseca;
- 1 Fiscal de Obras ou Fiscal Municipal, Bruno Filipe Gameiro Simões ou Rui Miguel Ferreira Borges Esteves.

Prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara deliberou por unanimidade, retificar a mencionada deliberação da Reunião da Câmara Municipal, com os nomes supracitados para constituir as referidas comissões.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

DAF – DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

CONTABILIDADE E FATURAÇÃO

5. RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA;

Presente o Resumo Diário de Tesouraria n.º 224, relativo a 21 de novembro de 2013, apresentando um Total de Disponibilidade de 447.103,82€

sendo de Operações Orçamentais 354.540,28€ e de Operações de Tesouraria 92.563,53€, documento que se dá por reproduzido.

A Câmara tomou conhecimento.

6. CONTROLO BANCÁRIO;

Presente a informação n.º 073/SCA/13, de 12 de novembro de 2013, da SCA – Secção de Contabilidade e Aprovisionamento, remetendo para apreciação um conjunto de documentos, referentes ao Controlo Bancário das diversas contas bancárias da Câmara Municipal, à data de 31 de outubro de 2013, documentos que se dão por integralmente reproduzidos.

A Câmara tomou conhecimento.

7. 20.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E 13.ª ALTERAÇÃO ÁS GOP;

Deliberação n.º 77 – Presente a 20.ª Alteração ao Orçamento e a 13.ª Alteração às GOP, que acompanha a informação n.º 067/SCA/13, da SCA, datada de 24 de outubro de 2013, referente à referida alteração ao orçamento da despesa e às GOP, proveniente de solicitações da SCA, a fim de dar cobertura a encargos decorrentes da gestão orçamental, documentos que se dão por reproduzidos.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, ratificar a referida alteração ao Orçamento e às GOP, cumprindo o ponto 8.3.1. – Modificações do Orçamento, do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, efetuadas ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º e do n.º 1 do artigo 34.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cuja delegação de competências foi aprovada em reunião de Câmara de 15 de outubro de 2013.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

8. 21.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E 14.ª ALTERAÇÃO ÁS GOP;

Deliberação n.º 78 – Presente a 21.ª Alteração ao Orçamento e a 14.ª Alteração às GOP, que acompanha a informação n.º 070/SCA/13, da SCA, datada de 6 de novembro de 2013, referente à referida alteração ao orçamento da despesa e às GOP, proveniente de solicitações da SCA, a fim de dar cobertura a encargos decorrentes da gestão orçamental, documentos que se dão por reproduzidos.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, ratificar a referida alteração ao Orçamento e às GOP, cumprindo o ponto 8.3.1. – Modificações do Orçamento, do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, efetuadas ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º e do n.º 1 do artigo 34.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cuja delegação de competências foi aprovada em reunião de Câmara de 15 de outubro de 2013.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

DGAT – DIVISÃO DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO DO TERRITÓRIO

OBRAS PARTICULARES E GESTÃO URBANÍSTICA

9. OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE EDIFICAÇÃO;

Deliberação n.º 79 - – Presente o processo de licenciamento n.º 45/2006-SAD/40/008, que se dá por reproduzido, relativo á obra de Alteração ao projeto inicial de reconstrução de uma moradia unifamiliar, sita no lugar de Vila do Mato, freguesia de Midões e concelho de Tábua, em que é requerente Luís Miguel Alves Paulo.

Por ter expirado o prazo previsto no correspondente Alvará de Obras – contado a partir da data da prorrogação do referido alvará, cuja validade

terminou em 20/07/2012 – sem que as obras referentes à operação urbanística supra identificada fossem concluídas, foi realizada a audiência prévia do interessado para efeitos do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE, não se tendo este pronunciado.

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo ao exposto e à informação nº 73/2013 da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, foi deliberado por unanimidade declarar a caducidade da licença, de acordo com o n.º 5 do artigo 71.º do RJUE, articulado com o n.º 3, alínea a), do mesmo artigo, e o arquivamento do processo.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação n.º 80 – Presente o processo de licenciamento n.º 11/2008-SAD/40/003, que se dá por reproduzido, relativo á obra de Alteração e ampliação de moradia unifamiliar, sita no lugar e freguesia de Carapinha e concelho de Tábua, em que é requerente Maria Rosa Marques Santos.

Por ter expirado o prazo previsto no correspondente Alvará de Obras – contado a partir da data da prorrogação do referido alvará, cuja validade terminou em 05/12/2010 – sem que as obras referentes à operação urbanística supra identificada fossem concluídas, foi realizada a audiência prévia da interessada para efeitos do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE, não se tendo esta pronunciado.

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo ao exposto e à informação nº 74/2013 da Senhora Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, foi deliberado por unanimidade declarar a caducidade da licença, de acordo com o n.º 5 do artigo 71.º do RJUE, articulado com o n.º 3, alínea a), do mesmo artigo, e o arquivamento do processo.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

10. CERTIDÕES PARA EFEITOS DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE;

Deliberação n.º 81 - Presente o requerimento de parecer à constituição de Compropriedade, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, do prédio rústico inscrito na matriz da União de Freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros, sob o nº 2215 e não descrito na Conservatória do Registo Predial.

Face ao requerido, ao teor da informação n.º 163/2013, datada d8 de novembro de 2013, do Sr. Arqt.º Pedro Santos, e a proposta de deferimento da Sra. Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição da compropriedade, mais deliberou que constasse na certidão requerida que a eventual divisão prevista no artigo 1412º do Código Civil não será viável, em virtude do prédio ter uma área inferior à unidade mínima de cultura.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

11. CASA EM RUÍNAS – POSSE ADMINISTRATIVA – RESPOSTA A AUDIÊNCIA PRÉVIA;

Deliberação n.º 82 - Presente o processo n.º 02/2011-SAD/95/008, que se dá por reproduzido, relativo a uma edificação em estado de abandono e de ruína, localizada junto ao Posto dos Correios, na freguesia de Midões, concelho de

Tábua, pertencente a Brun Jan Min, na sequência de reclamação efectuada pela Junta de Freguesia de Midões.

Em sede de audiência prévia sobre a deliberação nº 381, tomada em reunião ordinária de 06/09/2013, que determinou a posse administrativa de obras, vem o interessado, através de advogada, informar que já solicitou orçamentos para execução das obras necessárias para "garantir a segurança do edifício bem como a imagem do mesmo perante a localidade e comunidade onde se insere". Refere ainda que é sua intenção executar as referidas obras antes do período rigoroso das chuvas, não se justificando a sua execução coerciva.

Solícita, caso a Câmara Municipal entenda que deve manter a sua deliberação de executar por si as obras em causa, a elaboração de um caderno de encargos no qual conste o valor dos trabalhos.

Requer ainda que seja informado sobre se a execução das obras em causa depende de licenciamento prévio.

Face ao exposto e ao teor da informação n.º 78/2013, datada de 19 de novembro de 2013, da Sra. Eng.ª Luísa Marques, Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aceitar que seja o proprietário a realizar as obras que lhe foram determinadas e impor o inicio dos trabalhos no prazo de 10 dias e a sua conclusão no prazo estabelecido no Auto de Vistoria (90 dias).

A presente deliberação foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

OBRAS MUNICIPAIS, SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE

12. CONCURSOS E CONSULTAS;

Deliberação n.º 83 - – Presente o Ajuste Direto nº 29-S/2013, relativo a "ACONDICIONAMENTO, RECOLHA, TRANSPORTE E DEPOSIÇÃO EM

DESTINO FINAL LICENCIADO DAS LAMAS DESIDRATADAS DA ETAR DE TÁBUA", que se dá por reproduzido.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, ratificar a adjudicação do referido Ajuste Direto à firma CESPA PORTUGAL, S.A., pelo valor de 16.454,52 € (dezasseis mil, quatrocentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, e autorizar o Senhor Presidente da Câmara, em representação do Município, a assinar o contrato nos termos do estipulado no artigo 94.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua actual redação.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

13. AUTOS DE MEDIÇÃO;

Deliberação n.º 84 – Presente o auto de medição n.º 3 de trabalhos contratuais da firma Figueiredo & Filhos, Lda., da empreitada "RAR de Vila Nova de Oliveirinha – construção de emissário", no valor de 25.547,00€ (vinte e cinco mil, quinhentos e quarenta e sete euros), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pelo Sr. Eng.º Pedro Rodrigues, da fiscalização da obra.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, aprovar o referido auto e proceder ao respectivo pagamento.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

14. AUTOS DE RECEÇÃO DEFINITIVA;

Deliberação n.º 85 –. Presente o auto de recepção provisória do Ajuste Directo nº 22-E/2013, da firma Amadeu Gonçalves Cura & Filhos, Lda., referente à

empreitada de "Pavimentações diversas no concelho", de acordo com o disposto no artigo 395º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua atual redação.

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo ao Auto de Vistoria datado de 28/10/2013, foi deliberado por unanimidade, homologar o referido auto.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação n.º 86 – Presente o auto de recepção definitiva do Ajuste Direto nº 23-E/2008, da firma AMADEU GONÇALVES CURA & FILHOS, LDA., referente à empreitada de "Extensão da rede de água de Várzea de Candosa", de acordo com o disposto no artigo 227º e seguintes do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de Março.

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo ao Auto de Vistoria datado de 15/10/2013, foi deliberado por unanimidade, homologar o referido auto e autorizar a restituição ao empreiteiro das quantias retidas como garantia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

DESD – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, DESPORTO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL

15. PROTOCOLO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO DE BASQUETEBOL/RATIFICAÇÃO;

Deliberação n.º 87 – Presente um Protocolo, a celebrado entre a Câmara Municipal de Tábua, representada pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário de Almeida Loureiro, o Agrupamento de Escolas de Tábua, representado

pelo Senhor Diretor, Dr. Sidónio Fernandes Costa e o Sampaense Basket, representada pelo seu Presidente de Direção, Pedro Nuno Basílio de Brito Veloso, acompanhado de uma adenda ao mesmo, documentos que se dão por reproduzidos.

Este Protocolo tem como objetivo primordial a cooperação para a realização de um conjunto de ações que possibilitem a promoção e prática da modalidade de Basquetebol à população jovem do concelho de Tábua.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, ratificar os atos de assinatura do presente Protocolo e respetiva adenda, celebrados entre as pessoas coletivas mencionadas, para os fins referidos, praticados pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário de Almeida Loureiro, em representação do Município.

Mais foi deliberado por unanimidade, remeter os referidos documentos à Assembleia Municipal, para ratificação.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

16. ACADEMIA PORTUGUESA DE KENPO E ARTES DE COMBATE/IVCAMPEONATO DE KENPO KARATÉ/CEDÊNCIA DA SALA MUNICIPAL DE DESPORTO DE MIDÕES;

Deliberação n.º 88 - – Presente o e-mail, datado de 18 de novembro de 2013, da Academia Portuguesa de Kenpo e Artes de Combate, documento que se dá por reproduzido, solicitando a cedência da Sala de Desporto de Midões para realização do IV Campeonato Nacional de Kenpo Karaté, a levar a efeito no próximo dia 30 de Novembro.

Prestados os devidos esclarecimentos pelo Senhor Vereador, Dr. Ricardo Cruz, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, autorizar o solicitado pela referida entidade.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para produção de efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às 17 horas.

E, eu, Maria José Mendes Dias das Neves, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, a redigi e também subscrevo.

O Presidente da Câmara,

A Secretária,